

# REDES DE CUIDADO E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E MANUTENÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL/ VENEZUELA

IANA DOS SANTOS VASCONCELOS (UFRR)\*

FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES (UFRR)\*\*

PARRY SCOTT (UFPE)\*\*\*

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as estratégias de reprodução e manutenção familiar de brasileiros na transfronteira Brasil (Pacaraima-Roraima)/Venezuela (Gran Sabana/Santa Elena de Uairén), com ênfase no aspecto do cuidado e das redes de cuidado. O *cuidado*, mais que uma estratégia de sobrevivência, está ligado a uma obrigação moral que tem como elementos centrais as noções de reciprocidade e pertencimento familiar. Esses elementos são definidos culturalmente com a finalidade de incluir e excluir quem é ou não membro da família, ao mesmo tempo em que definem os papéis sociais com base em aspectos de gênero, geração e hierarquias. Desse modo, a responsabilidade do cuidado é encarada, cobrada e realizada de diferentes maneiras entre homens e mulheres, bem como a rede social de apoio organizada pela família. Nesse caso, as redes de *cuidado* são fortemente marcadas pela definição de papéis de gênero e reconfiguradas na fronteira, enquanto espaço transnacional mediado por articulações administrativas, sociais e culturais. As articulações familiares estabelecidas entre pessoas de nacionalidades brasileiras e venezuelanas vivenciadas e protagonizadas no cotidiano da fronteira, por meio das nacionalidades em conjunção, permitem um *campo de possibilidades* que produzem, por um lado, o fortalecimento de uma identidade local fronteiriça e, por outro, uma constante tensão entre ser brasileira e ser venezuelana.

## PALAVRAS-CHAVE

Fronteira. Família. Estratégias. Redes. Cuidados.

\* Mestre em Antropologia Social (PPGAS/UFPE/UFRR) e professora do Instituto de Antropologia (INAN), na Universidade Federal de Roraima

\*\* Doutora em Ciências sociais (UnB), Professora do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR) e líder do GP/CNPq GEIFRON-Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras

\*\*\* Doutor em Antropologia - University of Texas at Austin e Professor titular de Antropologia do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

**ABSTRACT**

This article have the main objectif to present the strategies of human reproduction and Brasilians family maintenance in cross-border Brazil ( Pacaraima- Roraima ) Venezuela ( GranSabana / Santa Elena de Uairen ) , with emphasis on the aspect of care and networks care. The care, rather than a survival strategy, is connected to a moral obligation as the central points of reciprocity and familiar notions belonging. These elements are defined culturally in order to include and exclude who is or not a member of the family, while defining the social roles based on gender aspects , generation and hierarchies. In this way, the care responsibility is seen, charged and held in different ways for men and women , and the social support network organized by family. In this case, care networks are strongly marked by the definition of gender roles and reconfigured at the border, while a transnational space mediated by administrative, social and cultural joints. Family articulations established between Brazilian people and Venezuelan citizens lived and enthralled in the border daily, through the nationalities in conjunction, allow a large field of possibilities that produce at the same time, the strengthening of a border local identity and, a constant tension between being Brazilian and being Venezuelan.

**KEYWORDS**

Border . Family. Strategies. Networks. Care .

**INTRODUÇÃO**

O presente texto tem como objetivo apresentar as estratégias de reprodução e manutenção familiar de brasileiros na transfronteira Brasil (Pacaraima-Roraima)/Venezuela (Gran Sabana/Santa Elena de Uairén), com ênfase no aspecto do *cuidado* e das *redes de cuidado*. Os fluxos migratórios internacionais da fronteira Brasil-Venezuela têm relação direta com o processo de expansão da fronteira amazônica, uma vez que se constituem como espaço de atração migratória de pessoas de outros Estados brasileiros para Roraima e daí para a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana, a fim de atuarem principalmente nos garimpos e atividades de apoio à mineração, no comércio e no setor de serviços. A migração transfronteiriça é uma das estratégias de vida de grande parte dos brasileiros e é constituída a partir da formação e fortalecimento das redes sociais que têm a capacidade de produzir novas formas de organização social e familiar. As redes migratórias consistem em laços sociais que ligam as comunidades remetentes aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. São esses laços que unem migrantes e não migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos (ASSIS, 2007).

As redes sociais mais utilizadas por esses brasileiros ainda são as baseadas em parentesco, amizades e origem comum. Essas redes se apresentam para esses brasileiros como um mecanismo imprescindível no seu projeto migratório, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e as relações afetivas e sociais, mais individualistas. As redes sociais servem de apoio para os migrantes que chegam às regiões de garimpo. Por meio da recomendação de outro brasileiro há a garantia de conseguir um lugar na equipe de exploração mineral.

A relação de solidariedade que auxilia nos primeiros momentos da vida nos garimpos na Venezuela minimiza os primeiros impactos da distância e da saudade dos seus parentes e amigos. Assim que se estabelecem, criam e manejam sua própria rede social e de parentesco. Nesse contexto, é possível afirmar que a fronteira Brasil/Venezuela se configura como espaço transnacional definido por meio da “relação entre territórios e diferentes arranjos socioculturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam o pertencimento às unidades socioculturais, políticas e econômicas” (RIBEIRO, 2000, p. 94). A transnacionalidade nesse trabalho é, de certa forma, associada aos deslocamentos e a interação social produzida nesse espaço e seus reflexos, tanto na organização familiar e nos significados associados à família, quanto na reconfiguração e construção de novas identidades.

As articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela, como já dito, são desenvolvidas por uma rede de parentesco e solidariedade ativada antes ou durante o processo migratório para Venezuela. Sendo assim, o *cuidado* com os membros da família, principalmente com os que ficam, faz parte do projeto migratório em que um dos objetivos é o de reprodução e manutenção familiar. Dessa forma, este trabalho tem importância ímpar no âmbito do debate das migrações internacionais, uma vez que pretende apresentar alguns elementos das estratégias de manutenção e reprodução familiar transnacional na fronteira Brasil/Venezuela, ao mesmo tempo em que é uma reflexão da empiria de uma das muitas faces das articulações familiares transnacionais constituídas na fronteira Brasil/Venezuela iluminada pela Antropologia. Os interlocutores desta pesquisa foram migrantes brasileiros(as) membros das articulações familiares transnacionais, oriundos de camadas populares brasileiras, com diferentes graus de escolarização e faixa etária que varia de 18 a 81 anos, com pelos menos cinco anos ou mais de residência nas cidades transfronteiriças de Santa Helena de Uairén, no Estado Bolívar na Venezuela e Pacaraima no Estado de Roraima no Brasil.

Este trabalho está dividido em duas partes. **Na primeira**, apresentaremos a concepção de *cuidado* e *rede de cuidados*, bem como o exercício da autoridade e das atribuições dos papéis sociais entre gênero. Ainda nessa parte, apresentaremos as diversas estratégias nas atribuições de cuidado e reprodução familiar desenvolvidas por homens e mulheres migrantes, inclusive quanto ao uso das novas tecnologias de informação. **Na segunda parte**, enfatizaremos os aspectos da vida em fronteira(s) e o exercício da cidadania na perspectiva da reprodução e manutenção familiar. Por fim, teceremos algumas considerações finais.

## 1. REDE DE CUIDADOS, GÊNERO E AUTORIDADE FAMILIAR

As demandas de *cuidados* e materialização da sobrevivência familiar estão ligadas às diferentes estratégias de estreitamento de laços afetivos e concepções de pertencimento e manutenção familiar, mediadas pela mobilidade e a dinâmica social transfronteiriça. O *cuidado*, enquanto categoria analítica, assume uma complexidade de sentidos relacionados a aspectos culturais, políticos, éticos, jurídicos, socioeconômicos e psicológicos. Desse modo, o *cuidado* é tratado, neste texto, como uma ação desencadeada por uma necessidade particular definida social e familiarmente, que convoca uma ou várias pessoas a estarem comprometidas com a qualidade de vida de outras pessoas que dependem dela. Essas estratégias são entendidas “como princípios implícitos que guiam os membros da família quando procuram o bem desta, quer de sobrevivência, quer de mobilidade social”, quer de afetividade e emocional (ROBERTS, 1994, p. 6). O *cuidado* é uma ação e uma relação entre pessoas que se desenvolve em diferentes espaços, sendo um deles a família, e é mediado por afetos, universos simbólicos e bens materiais e econômicos (LÉON, 2011).

Sendo assim, o *cuidado*, mais que uma estratégia de sobrevivência familiar que envolve aspectos associados aos ganhos e às garantias de melhorias da qualidade de vida dos membros da família, está relacionado a aspectos simbólicos que envolvem, entre outras coisas, obrigação moral que perpassa a materialização da sobrevivência e têm como elementos centrais as noções de reciprocidade e pertencimento. A obrigação moral é construída por meio de elementos culturais que definem elementos de inclusão e exclusão familiar e que vão além de relações consanguíneas. Isso significa que o cuidado exercido dentro da família não se restringe à garantia de recursos, mas à relação de pertencimento/inclusão das pessoas que fazem parte da rede familiar, na qual o cuidado é um elemento importante. O *cuidado* envolve um prover, mas também um preocupar-se, uma relação de afeto e uma série de elementos nos quais os sujeitos definem quem tem condições de cuidar e quem precisa ser cuidado.

As *redes de cuidado* são acionadas de diversas formas e contextos pelos migrantes no processo migratório e os sujeitos sociais envolvidos concebem e lançam mão de diferentes estratégias de manutenção e reprodução familiar. Assim, atividades que garantem alimentação, saúde, educação, vestimenta e bem-estar familiar, além da atenção com pessoas que não têm condições de se cuidar como as crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência, são ações ligadas aos cuidados (ÁVILA, 2004; SARTI, 1996).

O tempo empreendido e a atribuição conferida a tais tarefas são realizados de formas distintas entre homens e mulheres no contexto familiar. O exercício do cuidado e da autoridade de maneira autônoma dos filhos dos migrantes define “que quem cuida tem autoridade” (LÉON, 2011, p. 15). Desse modo, é comum os(as) filhos(as) das migrantes brasileiras na fronteira serem criados(as) por outros membros da família no Brasil sem a presença direta da mãe nas atividades cotidianas da vida. Essa “ausência” pode levar

à perda total e/ou parcial da autoridade materna e/ou paterna. Entre os homens, cuja autoridade está ligada à “ordem moral” da família, quando esses laços são enfraquecidos ou ocorre a perda relativa ou total da autoridade patriarcal, ela é transferida à outra figura masculina, em geral os avôs, tios e padrasto que passam a contribuir de forma mais direta no sustento da família.

Conforme Léon (2011, p. 14), é possível identificar dois tipos de autoridade exercida na rede de cuidados por seus e suas cuidadoras. O primeiro é o cuidado com **autonomia** e respeito total às orientações da progenitora que migrou e o segundo, o cuidado com **autonomia relativa** que é quando a autoridade é compartilhada entre quem cuida no Brasil e o migrante na Venezuela. As narrativas abaixo demonstram o contexto desses dois universos de cuidados:

*Já com minha mãe tenho a liberdade de discutir o que acho melhor para minhas filhas e ter a **segurança de que ela vai respeitar minha decisão**, assim como também não tiro a autoridade dela na frente das minhas filhas. (Mulher, 29 anos, natural do Ceará, vendedora de roupas no garimpo, cinco anos vivendo na fronteira Brasil/Venezuela. Entrevista concedida em 15/01/2013)*

*Tenho três filhos, tão em Manaus ainda. Mas é só eu me estabilizar direito e resolver umas coisinhas que vou trazer eles porque pra mim fica ruim, toda semana tenho que ficar mandando dinheiro, eles aqui comigo não. Estão com minha avó, **ela cuida direitinho, mas acaba mimando demais e fazendo que sejam malcriados**. (Mulher, natural de Manaus, 30 anos. Entrevista concedida em 15/10/2008)*

Se, por um lado, no exercício da autoridade nos cuidados entre as cuidadoras no Brasil e as mães migrantes na Venezuela as tarefas solicitadas de forma compartilhada estabelecem diferentes distribuições de poder gerando conflitos, por outro lado fortalecem a rede de cuidado, à medida que a cumplicidade com a educação dos filhos e o contato diário estreitam laços e afetividades entre filhos, mães e cuidadores(as). Essa cumplicidade é fortalecida, em parte, pela proximidade geográfica entre o Brasil (Pacaraima) e a Venezuela (Santa Elena de Uairén), a qual proporciona um contato maior entre os integrantes das *redes de cuidado* corroborando para um maior estreitamento de laços fundamentados por sentimentos de confiança e de segurança.

Um outro marcador da diferença nas atribuições conferidas a homens e mulheres chefes de família no contexto familiar refere-se às responsabilidades assumidas e àquelas transferidas a outros membros da família. Geralmente, a responsabilidade com o cuidado dos filhos é transferida às avôs, principalmente do lado materno, e a outras mulheres que compõem a rede mais extensa de cuidados como cunhadas, primas e tias. O homem restringe essa responsabilidade ao repasse de recursos financeiros, uma vez que na maioria dos casos os filhos permanecem no Brasil com mãe ou familiares do lado materno. A narrativa de uma brasileira que vive há cinco anos na fronteira Brasil/Venezuela é significativa para o entendimento dessa relação:

*Tenho duas filhas: uma de sete e outra de nove anos e elas ficam com minha mãe em Boa Vista. Passo semanas e vou visitá-las. Não passo mais de um mês sem vê-las e nem um dia sem falar com elas e saber notícias da saúde, escola e alimentação. Não penso em trazer minhas filhas para cá. Elas só vêm nas férias ou eu vou para lá. Aqui não tem uma boa educação, além de não ter ninguém de confiança para cuidar delas. Já com minha mãe tenho a liberdade de discutir o que acho melhor para minhas filhas e ter a segurança de que ela vai respeitar minha decisão. (Mulher, 29 anos, natural do Ceará, vendedora de roupas no garimpo. Entrevista concedida em 15/01/2013)*

A narrativa de outro interlocutor, do sexo masculino, com 43 anos e que vive há mais de cinco anos na fronteira Brasil/Venezuela, demarca a diferença entre as atribuições de homens e mulheres no contexto familiar:

*Às vezes passo um ou dois meses e saio. Agora saí da mina para falar com minha mãe. Na verdade não tenho muita preocupação com filho não, porque tem mãe e tem padrasto para colocar ordem, minha preocupação é com minha mãe. Quando mando dinheiro ou presente para meus filhos minha mãe é que entrega, assim ela mantém o respeito com meus filhos e autoridade de avó. Minha mãe que me fala como está o menino e minha menina. Ela que cuida e me conta como estão. (Homem, natural de Manaus, Amazonas. Entrevista concedida em 10/01/2013)*

Esse distanciamento físico pode levar ao distanciamento emocional e até mesmo à quebra de vínculos da paternidade:

*Meus filhos do primeiro casamento estão em Recife e nunca mais tive contato. Quem me dava notícias deles era minha cunhada. Uma vez até enviaram fotos. Minha cunhada faleceu e nunca mais tive notícias deles. Nem sei se ainda me consideram pai deles. (Homem, natural do Amazonas, 81 anos, vive há 38 anos na Venezuela. Entrevista concedida em 15/01/2013).*

Outro elemento que contribui para demarcar o diferencial no tempo empreendido e nas atribuições de cuidados e exercício do poder familiar entre homens e mulheres no contexto familiar é o fácil acesso às tecnologias de informação (TI) e o baixo custo de vida na Venezuela. As TIs são importantes ferramentas utilizadas por mulheres migrantes brasileiras na Venezuela na manutenção dos cuidados com os filhos no Brasil. Ao contrário dos homens que tendem a perder ou diminuir a autoridade patriarcal quando se distanciam da prole no Brasil, as mulheres mantêm contato com os(as) filhos(as) e suas cuidadoras de forma mais direta e permanente, colaborando para a sustentação da autoridade materna dentro da família, ou seja, mesmo a distância passam a compartilhar com a cuidadora decisões sobre o destino dos(as) filhos(as) no Brasil.

São perceptíveis o uso cotidiano e a aquisição de equipamentos eletrônicos, especialmente o telefone celular e a televisão por assinatura, pelas

diversas classes sociais, mesmo em casas com estrutura residencial precária na fronteira Brasil/Venezuela. Desses recursos há a popularização de telefonemas internacionais realizados a baixo custo em barracas, quiosques e pequenos bares distribuídos no centro comercial de Santa Elena. A caracterização dos espaços domésticos também guarda detalhes interessantes, especialmente no que diz respeito à aquisição de tecnologias que dão acesso às informações e aos meios de comunicação no Brasil. A maioria das casas possui antena parabólica com todos os canais brasileiros disponíveis e um telefone para manter contato com parentes e amigos no Brasil. Nesse contexto, o acesso aos meios de comunicação serve tanto de mecanismo de estreitamento com o país de origem, quanto de fortalecimento da autoridade familiar e da identidade nacional.

As variadas formas de tecnologias utilizadas para a comunicação a distância entre as famílias em contextos de deslocamento são abordadas no campo dos estudos migratórios (LOBO, 2010; SARGENT *et al.*, 2007) e revelam peculiaridades quando destacam-se características ligadas a gênero, classe e geração. Numa perspectiva geracional, também foi possível evidenciar as diferentes formas de apropriação do telefone, como demonstra, por exemplo, a narrativa de um jovem descrita abaixo:

**Falo todos os dias com meus amigos e primas(os) no Brasil** *por meio dos telefones com WhatsApp<sup>1</sup> e aí podemos enviar, mensagem, fotos, músicas, vídeos de graça, além de usar ele para acessar o Facebook e manter contato. Não perco uma festa!* (Homem, 22 anos, filho de mãe brasileira e pai venezuelano, morador de Santa Elena de Uairén. Entrevista concedida em 10/01/2013)

Enquanto os jovens dominam as novas tecnologias de informação e usam o aparelho telefônico com mais frequência para acessar redes sociais e partilhar mensagens simultâneas com os membros da família e amigos diariamente no Brasil, os mais velhos restringem-se ao uso do telefone e às chamadas tradicionais, os quais têm a função de atualizar a família sobre detalhes da sua vida cotidiana, sobre o que acontece no dia a dia, o encontro com *paisano*<sup>2</sup> na fronteira, seu estado de saúde, entre outros. Os jovens tendem a atualizar as informações por meio de registros escritos e audiovisuais como fotos, músicas, clipes e pequenas filmagens realizando “cotidianidades *on-line*” (RAMÍREZ, 2007). Assim, o contato familiar permite aos jovens, além da troca de informação sobre a família, o compartilhamento de outros elementos vivenciados na cultura de cada país.

A facilitação de acesso aos meios de comunicação é mobilizada por homens e mulheres e descortina diferenças na utilização dos meios de comunicação, visto que entre as mulheres é amplamente usado no acompanhamento/monitoramento da família no Brasil. Algumas mulheres afirmam que falam quase que diariamente com os(as) filhos(as) e parentes no Brasil, além de participarem de decisões familiares via telefone. Os contatos telefônicos produzem e fortalecem a noção de pertencimento à família por meio da atualização de informação que promove o fortalecimento de laços afetivos e emocionais. Os homens utilizam o telefone com menos frequência.

Muitos narraram que conversar a distância com os parentes, especialmente com os(as) filhos(as), causa muito sofrimento e, por isso, optam em telefonar menos. Isso, por sua vez, faz que muitos deles percam totalmente o contato com a família, especialmente os garimpeiros; dentre eles, alguns relatam que há mais de dez anos não têm notícias de seus familiares. Todavia, é possível inferir que o contato contínuo faz que as demandas familiares aumentem e, conseqüentemente, as obrigações com relação à família, tanto em relação à função social naturalizada de provedor, como de autoridade e afeto. Por isso, no caso de instabilidade financeira ou em conjuntura de poucos recursos, os homens tendem a diminuir os contatos familiares a fim de evitar tais constrangimentos familiares, como demonstra o relato abaixo:

*Entrava em contato com os filhos quando enviava dinheiro para eles, mas a coisa foi ficando difícil na mina e **fiquei um tempo sem ligar porque não tinha dinheiro para mandar**. Hoje não tenho contato algum com eles. (Homem, natural da Bahia, 71 anos, vive há 30 anos na Venezuela. Entrevista concedida em 12/04/2011)*

Nesse sentido, o capital simbólico alicerçado na construção social de ser homem e de ser mulher ganha centralidade à medida que impõe papéis e padrões sociais cristalizados que, uma vez rompidos, trazem consigo o peso de uma moral ferida na qual a imagem do homem, forte, valente e corajoso dá lugar a do homem pobre e fracassado.

O exercício do cuidado nas articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela, como dito anteriormente, é encarado de diferentes modos, especialmente entre homens e mulheres chefes de família que não residem com filhos nas cidades fronteiriças. Ambos utilizam o excesso de trabalho como refúgio da dor do distanciamento familiar dos filhos. A narrativa abaixo demonstra essa estratégia:

*Quando cheguei trabalhei no Cassino Monte Roraima, depois fui trabalhar em outro, mas era muito desgastante, sempre transnoitando. Pensava nas minhas filhas por isso trabalhava, pois assim posso dar o melhor para elas e **trabalhando não sinto tanta saudade**. (Mulher, 29 anos, natural do Ceará, vendedora de roupas no garimpo, cinco anos vivendo na fronteira Brasil/Venezuela. Entrevista concedida em 09/01/2013)*

O exercício do cuidado, para os homens, está fortemente ligado ao sustento financeiro da família no Brasil, sendo recorrente entre os brasileiros que não conseguem angariar recursos suficientes para enviar dinheiro para a família diminuírem os contatos familiares. Já entre as mulheres, embora o sustento financeiro familiar seja fundamental, o que ganha centralidade é a participação efetiva nos ciclos das etapas da vida dos filhos, mesmo a distância. É essa presença/ausência que concretiza o exercício da maternidade, tais como a decisão de mudança de escola, o monitoramento educacional, a mudança de domicílio, a destinação das remessas, entre outros.

A ajuda financeira também revela peculiaridades de estratégias de manutenção e reprodução familiar, nesse caso, muito similares entre homens

e mulheres, ou seja, ambos substituem o envio de remessas em espécie por produtos, objetos, mercadorias que possam suprir a demanda da família, principalmente em contexto de câmbio desfavorável, como demonstram as narrativas abaixo:

**Envio muito pouco dinheiro.** *Esse câmbio está muito ruim. Mando mais presentes. Meu filho de 14 anos queria um telefone, eu fui, comprei e mandei. Envio sempre pelo correio, vou até línea e envio. Para minha mãe não pode faltar! Agora depende, agora enviei para ela um cordão de prata cheio de enfeites, próprios para mulher, outra vez enviei um termo guarda café. Eu falo sempre com minha mãe, agora que sair da mina minha primeira preocupação é falar com a mãe, ela já tem quase 70 anos.* (Homem, natural do Amazonas, 43 anos, vive há cinco anos na fronteira Brasil/Venezuela. Entrevista concedida em 10/01/2013)

**Envio um pouco de dinheiro.** *Mas mando todo mês pelo meu pai que faz corrida aqui, rancho, porque aqui as coisas são mais em conta e compro tudo que minhas filhas precisam.* (Mulher, 29 anos, natural do Ceará, vendedora de roupas no garimpo, cinco anos vivendo na fronteira Brasil/Venezuela. Entrevista concedida em 09/01/2013)

Com base nos relatos é possível perceber a importância dos fluxos de circulação de objetos e de informações no fortalecimento do pertencimento à família nos contextos transnacionais. A rede de troca estabelecida pelos presentes e a atualização de informações sobre a família permite que, mesmo distante, se mantenha presente no âmbito familiar. As mulheres chefes de famílias utilizam os recursos financeiros na compra de alimentos e utensílios como forma de rentabilizar os recursos adquiridos no mercado de trabalho para a subsistência familiar. Contudo, em alguns contextos os recursos financeiros precisam ser investidos diretamente no Brasil quando direcionados para campos específicos da manutenção familiar, tais como educação e saúde dos filhos. Logo que isso ocorre, as mulheres chefes de famílias passam a aumentar a jornada de trabalho ocupando várias posições no mercado de trabalho, a fim de suprirem a necessidade financeira familiar no Brasil. Todavia, quando essas mulheres possuem um relacionamento estável com um venezuelano, a subsistência na Venezuela passa a ser partilhada com o cônjuge e passam a enviar aos filhos no Brasil parte do que conseguem arrecadar com a força de trabalho na Venezuela:

*Tenho uma filha, mas não é do meu marido atual. Ela tem 19 anos e é brasileira. Envio dinheiro para ela a cada 15 dias, porque tenho de ajudá-la a pagar a faculdade. Vou em Pacaraima e faço um depósito. Durante a semana montei um negócio em casa e às sextas-feiras venho vender na feira. Meu marido é que assume as despesas de casa aqui, porque senão fica difícil ajudar minha filha.* (Mulher, 48 anos, natural do Amazonas, vive há 12 anos em Santa Elena de Uairén. Entrevista concedida em 18/01/2013)

Já entre homens brasileiros chefes de família, a subsistência familiar dos filhos no Brasil assume outra conotação, uma vez que a constituição de novos matrimônios na Venezuela aumenta as responsabilidades como provedor da família e, conseqüentemente, impacta o orçamento familiar reduzindo os valores e/ou fluxos de remessas e mercadorias para os filhos no Brasil. Com o tempo, os vínculos afetivos e os contatos com a família se tornam cada vez mais escassos e esporádicos ou mesmo culminam com o rompimento total em razão da falta de contato e/ou de notícias.

Entre as famílias nucleares, compreendidas por famílias formadas por pai, mãe e filhos e/ou casais sem filhos que possuam algum outro membro da família sob seus cuidados, o deslocamento entre a fronteira é acionado frequentemente como estratégia de reprodução e manutenção familiar, sobretudo em relação ao trabalho transfronteiriço. A família constitui residência na cidade venezuelana Santa Elena de Uairén e parte dos membros da família trabalha no município de Pacaraima no Brasil. Quando o dinheiro torna-se bastante rentável, considerando o câmbio não oficial praticado na fronteira, todos os meses eles convertem o salário recebido em real para a moeda da Venezuela. Dependendo da conjuntura política e econômica da Venezuela, o salário passa a valer até 12 vezes mais do que valeria no Brasil.

*Minha mãe trabalha como merendeira em uma escola em Pacaraima. Meu pai é venezuelano e às vezes trabalha na construção, mas agora está em casa trabalhando com plantação. **A maior renda do sustento da família é da minha mãe que recebe no Brasil.** (Mulher, 18 anos, filha de mãe brasileira e pai venezuelano, moradora de Santa Elena de Uairén. Entrevista concedida em 08/01/2013)*

*Moro com minha filha e minhas duas netas. **Minha filha trabalha no Brasil e ganha nosso dinheiro.** Trabalha no hospital em Pacaraima de recepcionista, **a gente saca o dinheiro lá e faz o câmbio aqui.** (Mulher, natural de Goiás, vive em Santa Elena de Uairén há 26 anos. Entrevista concedida em 18/01/2013)*

Com relação à estratégia de manutenção familiar articulada à conversão do dinheiro, existem outras fontes de origem de recursos que colaboram e não estão diretamente ligadas ao mercado de trabalho, como demonstram as narrativas abaixo:

*Meu ex-marido, pai da minha primeira filha, é brasileiro e trabalhava na polícia federal e agora está aposentado. **Ele paga a pensão para minha filha e a gente também faz o câmbio.** (Mulher, natural de Goiás, vive em Santa Elena de Uairén há 26 anos. Entrevista concedida em 18/01/2013)*

***Eu tenho dupla nacionalidade. Já paguei um seguro na Venezuela e já sou aposentado. Agora estou esperando completar a idade para me aposentar no Brasil. Vou cumprir 64 anos agora em junho.** (Homem, 63 anos,*

morador de Santa Elena de Uairén há 40 anos. Entrevista concedida em 09/01/2013)

**Minha mãe recebe o bolsa-família no Brasil e daqui da Venezuela somente ganhou a casa quando casou com o pai. Até pouco tempo a casa era no nome do meu pai porque ela não era nacionalizada, depois passou para seu nome.** (Homem, filho de mãe brasileira e pai venezuelano, morador de Santa Elena de Uairén. Entrevista concedida em 10/01/2013)

Portanto, uma parcela da renda familiar também é proveniente do recebimento de benefícios no Brasil, tais como aposentadoria e pensões alimentícias, e muitas dessas famílias acabam tendo como principal fonte de recursos esses benefícios. Outra estratégia acionada pelas famílias ligada ao contexto do trabalho fronteiriço é o deslocamento dos negócios da família entre os países em conjunturas específicas da política monetária dos países:

*Trabalhei na Venezuela numa fábrica de sorvete; aí, depois, comprei o ponto de sorvete e aluguei uma casa e fiquei trabalhando por conta própria na Venezuela. Agora estamos repoustando esses dois anos em Pacaraima com a sorveteria, pois com o câmbio baixo ficou difícil de produzir na Venezuela. Mas ainda continuo fornecendo para a Venezuela. Compro quase toda matéria-prima de produzir o sorvete lá, aí fica mais lucrativo. Além do mais, como não tinha documentos, não pude fazer empréstimos; já aqui, como sou nacional, tenho maiores possibilidades de crescimento, ter um capital de giro. Mas a única dificuldade é essa, por isso estou na fronteira, porque tenho um desejo de voltar para a Venezuela e crescer a fábrica lá, porque lá tem muito mais mercado para eu crescer.* (Mulher, pernambucana, 41 anos, vive há 11 anos na fronteira Brasil/Venezuela. Entrevista concedida em 17/01/2013)

Para algumas famílias que vivem na fronteira com a Venezuela, a oscilação do valor das moedas de ambos os países rege a circulação e a mobilidade da família na fronteira como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que, quando a moeda se valoriza, o comércio fica mais vantajoso de um lado e menos do outro. Assim, atualmente a valorização da moeda brasileira é um incentivo financeiro promovido pela condição de transnacionalidade. O aumento do poder aquisitivo ocorre pela compra de matérias-primas a baixo custo e pelo câmbio que possibilita a ampliação da produção e do fornecimento para o mercado consumidor de ambos os países.

Algo recorrente, fruto do reflexo da política monetária de ambos os países, é a inversão da responsabilidade do sustento familiar dos membros da família no Brasil. Os recursos eram anteriormente enviados pelo migrante brasileiro aos membros da família no Brasil, mas com a desvalorização da moeda venezuelana, eles passam a receber recursos dos membros da família que ficaram no Brasil. Isso demonstra que, entre as mulheres, os laços não se dissolvem somente porque as condições de manutenção econômica são desfavoráveis, como bem demonstra a narrativa que se segue:

**Minha mãe é que me manda dinheiro.** *Ela deposita na conta de uma amiga que saca em Pacaraima para mim todos os meses. Antes eu mandava para minha mãe, mas depois que o real ficou alto parei de enviar.* (Mulher, 36 anos, natural de Manaus, há 15 anos em Santa Elena de Uairén. Entrevista concedida em 10/01/2013).

A manutenção da afetividade é um elemento comum sedimentado por fatores simbólicos, sociais, materiais e financeiros entre homens e mulheres no âmbito familiar. A relação do *cuidado familiar* é marcada fortemente, ainda que em um contexto de transnacionalismo, pela definição de papéis de gênero nos quais as mulheres são as principais responsáveis participando diretamente nos cuidados familiares. Já entre os homens, o cuidado está ligado diretamente ao sustento e aos resultados gerados por ele dentro da família.

No que diz respeito às diferenças de papéis desempenhados na *rede de cuidados* entre homens e mulheres no lugar de origem, é possível perceber que há uma predominância da participação mais direta das mulheres na prestação de serviços ligados diretamente aos cuidados dos(as) filhos(as) dos migrantes no Brasil (alimentação, escola, vestuário, entre outros), sobretudo na linha materna de parentesco. Já os homens, representados pelos avôs e tios, desenvolvem atividades correlatas ou ocasionais, tais como colaboração no transporte escolar, na responsabilização pela busca de alimentos e remessas na fronteira, entre outros. A reciprocidade ligada à obrigação moral de ajudar e a afetividade construída nesse limiar colaboram para a manutenção das relações familiares a distância. No entanto, cabe ressaltar que nem sempre essa relação é reconhecida por quem foi e quem ficou, à medida que novas relações são construídas no espaço de origem e de destino. A noção de pertencimento à família no Brasil representa para quem se desloca para a Venezuela, ainda que mantenha parques ou raros contatos familiares, a referência simbólica de origem ligada ao parentesco, às afinidades e à boa conduta.

## 2. VIVER NA(S) / E ENTRE FRONTEIRAS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

A constituição da família com uma pessoa venezuelana representa para o migrante brasileiro uma relação de proximidade que caracteriza maior confiança e certa cumplicidade com a inclusão no grupo social local. Desse modo, o pertencimento às articulações familiares transnacionais significa, nesse contexto, a aquisição de determinados privilégios, muitas vezes não concedidos a outras famílias de brasileiros na fronteira. A mediação entre as formas simbólicas de pertencimento e o suposto direito garantido como cidadão no país também corroboram tais prerrogativas. A cidadania passa a ser concebida no espaço fronteiriço muito mais pelas lógicas regidas pelas interações sociais com os agentes governamentais do que pelos instrumentos oficiais regulatórios dos dois países. Assim, a suposta cidadania aqui é idealizada pela convivência entre os diferentes grupos nacionais, conforme relato de um interlocutor da pesquisa:

*Minha mulher tinha ficado trabalhando no restaurante em Boa Vista, enquanto eu organizava o local do restaurante aqui em Santa Elena. Quando estava tudo pronto, mandei o recado para mulher vender tudo que tinha lá e vir embora para cá com prato, louça, talher para gente trabalhar no restaurante aqui. A mulher vendeu e veio embora com meus dois filhos. Quando minha mulher veio, que passou na polícia federal com as coisas os policiais ficaram assim... aí ela falou: “Sou esposa do José Laércio Borges”; ninguém sabia quem era, mas um amigo também parou e falou: “Essa é a mulher do Zebrinha”, e os federais responderam: “Ah, mulher do Zebrinha, então pode passar”. (Homem, natural do Amazonas, 81 anos, morador de Santa Elena de Uairén há 38 anos. Entrevista concedida em 15/01/2013)*

O deslocamento e a circulação constroem relações múltiplas que perpassam as fronteiras dos Estados-Nação. A mobilidade define um espaço social particular que se sobrepõe a essas fronteiras, fazendo surgir “territórios autônomos em relação aos Estados, e dando origem a formas sociais particulares e diversificadas” (PERALVA, 2008, p. 18). Assim, por meio de comunidades específicas de brasileiros e outras nacionalidades em Santa Elena de Uairén e Pacaraima é possível compreender como aspectos globais, nacionais e locais são reconstruídos e o espaço transfronteiriço alicerçado por relações sociais com diferentes graus de poder. Admite-se, desse modo, perceber os migrantes não apenas “como comunidades étnicas ou transnacionais discretas, mas como protagonistas ativos cujas trajetórias de vida e identidades são moldadas e modelam localidades específicas no contexto de mudanças que ocorrem através do tempo” (BIANCO, 2012, p. 81). Isso não significa que gozem de plenos direitos por viverem na fronteira, mas ao contrário:

*Não ter a naturalização brasileira só dificultou meu acesso aos concursos públicos no Brasil; por isso, fiz concurso da universidade porque permite contratar professores de vários lugares e não tem essa exigência, diferente de outros concursos públicos que exigem que seja brasileiro ou naturalizado. Realmente, por causa disso eu nunca tinha feito outros concursos públicos, por isso meus empregos no Brasil sempre foram temporários ou celetistas. (Mulher, natural de Puerto Ordaz, 30 anos, vive em Santa Elena de Uairén ininterruptamente há 10 anos. Entrevista concedida em 09/01/2013.)*

*As escolas na fronteira até quebram o galho para o aluno estudar sem os papéis, o problema é quando esse estudante precisa participar de outros projetos ou mesmo receber auxílio médico fora do Estado. A situação de irregularidade impede esse direito. (Mateus, coordenador do projeto “Jovens Embaixadores” em Roraima. Entrevista concedida em 13/11/2013, CEFOR/RR).*

Se, por um lado, a relação de vizinhança construída no contexto fronteiriço faz que as dinâmicas das relações se sobreponham às regras oficiais, por outro lado, estar fora desse espaço de vizinhança (fronteira) significa

obedecer a regras nacionais e/ou globais estabelecidas. “Dessa forma, uma diferenciação entre nacionais e estrangeiros impõe a exclusão ou pelo menos acesso preferencial desigual a bens e direitos” (BALIBAR, 2004, p. 23). Essa tendência, por sua vez, também passa a limitar a circulação e o deslocamento do migrante e suas famílias ao espaço fronteiriço. A fronteira marca um espaço de interseção entre os laços familiares no Brasil e na Venezuela. A convergência entre países permite à família conciliar distintos projetos que passam a ser mediados pelo *campo de possibilidades* próprio da complexidade da transfronteira em cujo espaço cruzam-se várias trajetórias e trilhas sociológicas e culturais (VELHO, 1999).

A família, enquanto referência da residência no lugar de origem, é outro aspecto que merece atenção, pois obedece a outras lógicas de pertencimento que não estão atreladas à coabitação, mas aos laços familiares constituídos em cada país ou pela falta desses na fronteira. A lembrança da família no Brasil é a única referência de lar, como afirma uma brasileira, natural do Amazonas que vive em Santa Elena de Uairén (Venezuela) há 12 anos: “O lugar que considero como minha casa é lá em Manaus, porque minha filha tá lá, minha mãe tá lá”. Portanto, a casa e/ou lar não se restringe ao espaço de convivência, mas ao sentimento de pertencimento à família.

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *cuidado*, mais que uma estratégia de sobrevivência, está ligado a uma obrigação moral que tem como elementos centrais as noções de reciprocidade e pertencimento familiar definidos por elementos culturais que incluem e excluem quem faz parte da família e pelos papéis com base em aspectos de gênero, geração e hierarquias. Assim, as trajetórias migratórias aqui apresentadas descortinam uma diversidade de estratégias familiares acionadas para realização de cuidados e manutenção familiar. A rede social de apoio organizada pela família em torno do cuidado é fortemente marcada pela definição de papéis de gênero, nos quais as mulheres são as principais responsáveis participando diretamente nos cuidados familiares. Desse modo, a responsabilidade do cuidado é encarada, cobrada e realizada de diferentes maneiras entre homens e mulheres. As mulheres tendem a realizar e acompanhar mais ativamente o cotidiano das atividades relacionadas aos cuidados familiares. Mesmo quando estão distantes, são protagonistas nas decisões familiares que dizem respeito aos cuidados, exercendo uma autoridade compartilhada com a cuidadora no Brasil, papel cumprido frequentemente pelas avós e/ou outras mulheres da família. Já os homens, quando distantes, tendem a restringir o cuidado ao sustento financeiro da família, ocupando o papel de provedor.

Em vista disso, *as redes de cuidados* assumem diferentes contornos quando acionadas por homens e mulheres. Para homens, é utilizada predominantemente para atualização de notícias sobre a família e ajuda no encaminhamento de remessas e presentes. Entre as mulheres representa a transferência temporária dos trabalhos dos cuidados para outras mulheres da família. Essa transferência, quando vista numa perspectiva geracional, demonstra uma

tendência do deslocamento dos cuidados de idosos para às mulheres migrantes brasileiras na Venezuela.

Isso ocorre principalmente porque a conjuntura econômica da Venezuela permite maior rentabilidade dos provimentos da aposentadoria, além do próprio círculo dessas mulheres que se encontram em melhores condições do ponto de vista financeiro e estrutural.

Os cuidados direcionados para as crianças, que em geral são transferidos para outras mulheres membros da família no Brasil, dada a ausência de uma rede de apoio familiar na fronteira e a ausência de equipamentos sociais como creches e escolas em tempo integral, impedem que essas mulheres tenham tempo liberado para o exercício do cuidado com as crianças. As articulações familiares estabelecidas entre pessoas de nacionalidades brasileiras e venezuelanas vivenciadas e protagonizadas no cotidiano da fronteira, por meio das nacionalidades em conjunção, permitem um *campo de possibilidades* que produzem, por um lado, o fortalecimento de uma identidade local fronteiriça e, por outro, uma constante tensão entre ser brasileira e ser venezuelana. Em outras palavras, à medida que constituem laços familiares mais sólidos com a rede familiar local, são vistas mais como venezuelanas que brasileiras e/ou vice-versa. No entanto, isso não impede que performatizem essas identidades e criem um *campo de possibilidades* acionados pelo domínio da língua e da condição de cidadã entre ambos os países.

A fronteira enquanto um espaço transnacional mediado por articulações administrativas, sociais e culturais reconfigura âmbitos e espaços sociais dos migrantes e suas famílias. A fronteira vivida no cotidiano e promovida pelos deslocamentos e interação social produzida reflete-se na organização familiar e nos significados associados a ela, modificando e construindo novos arranjos e articulações familiares. A relação de vizinhança típica do contexto fronteiriço faz que as dinâmicas das relações se sobreponham às regras oficiais. Estar fora desse espaço de vizinhança (fronteira) significa obedecer a regras nacionais e/ou globais estabelecidas. Nesse sentido, o pertencimento às articulações familiares transnacionais permite aos migrantes brasileiros um maior prestígio na Venezuela, por meio da vinculação familiar com um nacional. A cidadania passa a ser concebida no espaço fronteiriço muito mais pelas lógicas regidas pelas interações sociais com os agentes governamentais que pelos instrumentos oficiais regulatórios dos dois países.

Desse modo, esse espaço de interseção entre Estados-Nação permite aos migrantes e a suas famílias um *campo de possibilidades* e diferentes estratégias de manutenção e cuidados familiares negociados e acionados pelas identidades nacionais e pela relação de prestígio concretizada com os laços familiares, contribuindo, assim, para o acesso aos direitos e às políticas públicas entre os países. A vinculação à família obedece a lógicas distintas de pertencimento que podem ser associadas à qualidade das relações sociais atualizadas em fluxos constantes e às estratégias de vínculos a distância ou por trocas materiais e simbólicas concretizadas pela referência familiar no Brasil. O sentimento de pertencimento à família é mantido pela memória e pelos fatos históricos que foram vividos no seio familiar. Essa vinculação é sustentada no campo simbólico e afetivo desses migrantes e incorporada

como elemento de origem que fortalece a identidade nacional brasileira na Venezuela e responde à moral pública estabelecida que tem a origem familiar com um dos principais elementos basilares da boa conduta humana.

Sendo assim, a fronteira se constitui em um espaço singular pela própria localização geográfica, ao mesmo tempo em que descortina uma pluralidade de fenômenos sociais por meio da observação e do diálogo estabelecido com as pessoas que vivenciam essa realidade, revelando novos olhares e perspectivas sobre o tema estudado.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(3), p. 336, set./dez. 2007.
- ÁVILA, Maria Betânia. *O Tempo e o Trabalho das Mulheres*. Pernambuco: SOS Corpo, 2004.
- BALIBAR, Étienne. *We, the People of Europe? Reflections on transnational citizenship*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.
- BIANCO, Bela Feldman. Repensando a Localidade nos estudos migratórios. In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia: Fluxos, Fronteiras e Processos Socioculturais*. FAPEAM e Hucitec, 2012.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FONSECA, C. L. W. *Os caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas Configurações da divisão sexual de trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- LÉON, Amparo Micolta. *Las relaciones en el cuidado de hijos e hijas de migrantes en el país de salida*. IV Congreso de la Red Internacional de Migración y Desarrollo “Crisis global y estrategias migratorias: hacia la redefinición de las políticas de movilidad”. 18, 19 y 20 de mayo de 2011. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO, Sede Ecuador (Quito, Ecuador).
- LOBO, Andréa de Souza. Mantendo relações a distância. O papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais em Cabo Verde. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia, 2010.
- MALDONA, María Cristina; MCOLTA, Amparo. *Los nuevos padres las nuevas madres*. Cali: Editorial Universidad Del Valle, 2003.
- MOTTA-MAUÉS, M. A.; IGREIJA, D. G. L.; DANTAS, L. M. S. De casa, em casa, de rua, em rua... Na cidade: “Circulação de crianças”, hierarquias e espaços sociais em Belém. In: *Anais*, 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008.
- PERALVA, Angelina. *Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais*. Contribuição ao projeto “Nova Agenda de Coesão Social para a América Latina”, realizado pelo IFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso e pelo CIEPLAN – Corporación de Estudios para Latinoamérica. São Paulo: IFHC/CIEPLAN, 2008.
- PÉREZ OROZCO, Amaia. Amezana tormenta: las crisis de los cuidados y La reorganización del sistema económico. *Revista Economía Crítica* 5, p. 7-37, 2006.
- RAMÍREZ, Carlota; MAR, García y Julia Míguez. *Cruzando fronteras. Remesas, género y desarrollo*. Documento de trabajo. República Dominicana: Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de La Mujer, 2005.
- RAMÍREZ, Jacques. *Aunque sea tan lejos nos vemos todos los días. Migración transnacional y uso de nuevas tecnologías de comunicación*, 2007.
- RIBEIRO, G. L. A condição da transnacionalidade. In: RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília: Endunb, 2000.

ROBERTS, B. Informal Economy and family strategies. *Journal of Urban and Regional Research*, v. 18, n. 1, 1994.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Relatório do projeto de pesquisa *Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan-Amazônica*, aprovado pelo CNPq/Edital CHS 2009-2011; *Amazônica*, aprovado pelo CNPq/Edital CHS 2009-2011. O trabalho de campo foi realizado no período de 9 a 16 de abril de 2011.

SARGENT, C.; LARCHANGE-KIM, S.; YATERA, S. Migração e telecomunicações: tecnologias e famílias transnacionais na França e África Ocidental. *Cadernos Pagu*, 2007.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SERRA, M. M. P. Algumas considerações sobre a circulação de crianças no Brasil e sua distribuição por regiões. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 20, n. 2, jul./dez. 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros; APPOLINÁRIO, Andréia Peres. *Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas. Gênero e geração em contextos rurais*. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

## NOTAS

<sup>1</sup> *WhatsApp*: aplicativo de telefonia móvel que permite a troca de conteúdo via conexão de internet.

<sup>2</sup> Expressão utilizada entre os migrantes brasileiros para se referir a outro brasileiro e/ou pessoa da mesma nacionalidade.